

# A Violência de Gênero nas Páginas dos Jornais

Sandra Raquew dos Santos Azevêdo\*  
Universidade Federal de Campina Grande

## Índice

1. Uma pauta cotidiana, uma questão complexa	2
2. Caso Márcia. Das páginas policiais ao noticiário político	4
3. A abrangência do <i>Caso Márcia: o agendamento e seus números</i>	7
4. Do Caso Márcia ao Caso Aécio. Novo acontecimento, antigos estereótipos?	12
5. Bibliografia	24

## Resumo

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que objetivou analisar, sob perspectiva sociológica, as práticas de agendamento midiático sobre a violência contra mulheres na imprensa paraibana.

**Palavras-chave:** Gênero-Mídia-Violência

## Abstract

This work analyzes sociologically the media agenda setting on violence against women in journalism. Therefore, its locus investigation consists of

---

\*Doutora em Sociologia e Mestre em Educação pela UFPB. Leciona e orienta nas seguintes áreas: teorias da comunicação, educomunicação e estudos de gênero. É também autora dos livros *Gênero, rádio e Educomunicação: caminhos entrelaçados* e *Cartografias. Escritos sobre mídia, cultura e sociedade*, ambos pela EDUFPB. Email para contato: sandraraquew@yahoo.com.br

three relevant social and mediatic events included in the debate about gender-based violence in newspapers from Paraíba.

**Key-words:** Gender-Media-Violence

## 1. Uma pauta cotidiana, uma questão complexa

Esta reflexão resulta de uma pesquisa realizada que teve por objetivos analisar o Agendamento pelos jornais locais de fatos que causaram impactos na percepção da violência contra mulheres na Paraíba (Nordeste - Brasil). Debruçamo-nos assim neste artigo, sobre um dos casos investigados, o homicídio da estudante Márcia Barbosa (1998). Este crime foi analisado a partir da *Teoria da Agenda-setting*, que nasce no interior de uma abordagem sociológica sobre os processos de produção das notícias, e se define enquanto prática social em que as mídias pelas dinâmicas de seleção, disposição e incidência de suas notícias passam a guiar os temas que serão discutidos publicamente (McCombs, 2008; Barros Filho, 2003; Hohlfeldt, 2001).

Ao refletirmos sobre a construção social das notícias, através das práticas de *Agendamento* articulamos necessariamente diferentes campos de saber como sociologia, teorias do jornalismo e representações sociais e estudos de gênero por compreendermos como multidimensional dos fenômenos de significação social.

Ao trabalharmos com a análise de conteúdo das notícias nos foi possível identificar a construção das representações de gênero nestas práticas de Agendamento midiático, através dos enquadramentos e atributos que são socialmente estruturados na produção social dos acontecimentos por diferentes atores sociais. Neste sentido, a *agenda-setting*, enquanto lugar de investigação social nos permitiu melhor perceber a ampliação do debate sobre a temática violência contra mulheres numa esfera de representação cada vez mais central na atualidade que é a mídia.

Embora seja atualmente evidente a preocupação dos grupos feministas com o mau uso da imagem das mulheres nas mídias, levantando fortemente a questão dos usos do corpo e construção da corporeidade feminina nos anúncios publicitários (FUNK & WIDHOLZER, 2005, p.11), ainda é pouco comum um olhar interpretativo orientado a cobertura dos casos de violência contra a mulher e demais temáticas feministas, com foco no jornalismo, ainda que diversas e complexas sejam as situações em que as mulheres apareçam pautadas pela imprensa.

Historicamente é através da ocupação do espaço público que o movimento organizado de mulheres vem, ao longo das *ondas feministas*, problematizando

a condição feminina. Neste trajeto, as mídias, e, em particular, o jornalismo, vem acompanhando as mudanças provocadas por este segmento da sociedade, tanto como espaço que constrói a visibilidade de suas reivindicações e conquistas, quanto instituição social que interage com diferentes atores sociais.

Pensando a relação entre as mulheres e as mídias nos damos conta do cenário esboçado pelas militantes feministas em meados da década de 1990, por meio dos primeiros seminários promovidos para discutir a temática *Mulher e Mídia* (OLIVEIRA, MELO, LIBARDONI, 1997, p.5). Entre as orientações naquele período de ampliação de organizações feministas no país, quando se tratando de mídia, uma delas chama bastante atenção: “tenha sempre presente que a relação é de troca. Os movimentos de mulheres querem colocar suas informações e opiniões. A mídia quer a notícia atraente”. (Biancarelli, 1997, p.5). Esta afirmação nos faz mais uma vez considerar a centralidade que as mídias ocupam na vida social contemporânea (Thompson, 1998, p.12), evidenciando uma das diversas tensões presentes no binômio gênero e mídia.

A percepção ideológica e dualista do jornalismo, a busca por uma compreensão do enfoque de gênero que contribua para uma cobertura mais coerente dos acontecimentos, a necessidade de incorporação das temáticas de saúde da mulher e direitos reprodutivos na agenda midiática e a preocupação com o aprimoramento da relação dos grupos feministas com a mídia eram, e de certo modo ainda são, questões que permeiam o debate sobre as relações de gênero e a mídia entre os grupos de mulheres feministas.

Dos anos 90 para cá esta experiência se amplia, e vai estabelecendo novas configurações a partir da atuação de diferentes atores sociais na esfera pública, e atesta ainda transformações na interação entre grupos feministas e mídia, presente na inclusão das pautas vindas deste segmento não só nos noticiários como também na grande de entretenimento, como as telenovelas, mini-séries, etc.

É ainda nos anos 1990 que a violência sexual e doméstica passa a ser frequentemente pautada nos meios de comunicação, resultado dos enfrentamentos públicos ocorridos nas décadas anteriores em contraposição aos crimes contra as mulheres e a presente justificativa, na legislação e na sociedade brasileira, dos crimes em defesa da honra. Temos exemplos emblemáticos como os assassinatos de Ângela Diniz, Eliane de Gramont, e da poetisa paraibana Violeta Formiga, que tiveram repercussão nacional e local.

A análise de crimes contra mulheres, a exemplo do assassinato da estudante Márcia Barbosa, enquanto acontecimento midiático contribuiu de maneira significativa para melhor percebermos como se intensifica na sociedade paraibana a discussão pública sobre a violência contra mulheres no Estado. É

no desdobramento do *Caso Márcia*, entre outros homicídios femininos, nas páginas dos jornais que vamos percebendo na relação entre jornalismo, construção da realidade mediada e sociedade de que maneira a violência de gênero vai sendo pautada e problematizada como questão de interesse público, contrariando uma visão até então muito comum que encerrava estes crimes numa cobertura muitas vezes sensacionalista e preconceituosa, sem questionar a ocorrência deste fenômeno social: o padrão cultural de matar mulheres.

Nesta trajetória dinâmica de pautar a mídia para o debate sobre a violência de gênero, vale destacar ainda a interação dos jornalistas e grupos de mulheres locais na construção social deste acontecimento, o repercutiu positivamente no seu desdobramento junto à opinião pública, em que as instituições públicas e a sociedade foram confrontadas com o problema da impunidade nos crimes contra mulheres.

## **2. Caso Márcia. Das páginas policiais ao noticiário político**

O corpo da estudante Márcia Barbosa foi encontrado, em 18 de junho de 1998, numa área de difícil acesso no bairro Altiplano Cabo Branco, em João Pessoa, sem sinais de perfuração, mas com marcas de espancamento. A imprensa paraibana se depara assim com a pauta de mais um homicídio feminino que ocupará um lugar de destaque na *agenda-setting* produzida pelos jornais locais, em sua inter-relação com agentes dos campos político e público.

As primeiras pistas levaram à descoberta do assassino de Márcia Barbosa, uma vez que foi encontrado no bolso da calça da estudante um pedaço de papel contendo números telefônicos.

O registro das gravações telefônicas antes do crime de Márcia Barbosa e demais provas encontradas levaram à Polícia, no curso das investigações, a constatar o envolvimento do então deputado estadual Aécio Pereira (PFL) no crime. Por gozar da prerrogativa da imunidade parlamentar, e contar com o apoio político da maioria dos deputados estaduais ao seu partido, o PFL, não houve liberação do deputado para responder pelo crime e, o mesmo, consegue, em 1998, reeleger-se deputado estadual. A partir de 1999, durante o segundo mandato de Aécio Pereira, ocorre um *lobby* intenso para que este seja levado a julgamento, mas sem êxito devido ao corporativismo de maioria dos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado, o que gera uma crise no Parlamento Paraibano. O curso do *Caso Márcia* na Justiça só é retomado, após o fim da segunda jornada legislativa do parlamentar, quando não mais consegue êxito nas urnas e devido à pressão dos grupos feministas locais para

que o mesmo fosse levado à Juri, o que ocorreu em 2007, no qual foi julgado e considerado culpado. No entanto, estando em liberdade, Aécio Pereira vem a falecer em 2008.

A construção social do *Caso Márcia* nas páginas dos jornais locais irá transcender as editoriais de polícia e o discurso policial, se deslocando para as editoriais de política dos jornais. O que, para nós, representa um primeiro diferencial na construção deste agendamento.

Os jornais locais na cobertura do *Caso Márcia* tornam mais evidentes a função de mediação exercida pela imprensa, num espaço social estruturado e atravessado por outras institucionalidades. Na busca pela representação deste acontecimento junto à opinião pública, diferentes atores sociais vão se enfrentar na esfera pública midiática, e presentes neste espaço vão atuar na construção de fatos políticos objetivando a publicização de seus pontos de vista e questões, nos mostrando que:

O conteúdo midiático – tanto na mídia tradicional quanto nas redes ciberculturais, na hipermídia – apresenta-se como um fluxo heterogêneo, senão estilhaçado, de dados significativos da existência, mas sempre sob modalidades de discursos afins ou compatíveis com microuniversos de eticidade cotidiana. (SODRÉ, 2002, p.54)

Por envolver a figura de um parlamentar no exercício do mandato, o homicídio da estudante Márcia Barbosa e sua divulgação na imprensa associam-se também a uma característica já apontada por Blay (2008) nas pesquisas sobre crimes contra mulheres, em que se percebe uma maior repercussão dos homicídios quando os mesmos envolvem pessoas de maior poder econômico e status social.

No entanto, ao analisarmos seu agendamento observamos que os rumos do *Caso Márcia*, as representações deste na imprensa estão também marcados pela capacidade dos agentes públicos e do campo político agirem estrategicamente com vistas a mediação da imprensa e a formação da opinião pública sobre o assunto, que se manteve em pauta por dez 10 anos.

A abrangência do agendamento do *Caso Márcia* relaciona-se ainda com a amplitude que o fenômeno da violência contra as mulheres passa a ter no espaço público no final dos anos 90, e a representação deste tipo de violência enquanto problema de caráter social a ser enfrentado na sociedade brasileira (OLIVEIRA e CASTILLO-MARTÍN, 2005; SCHRAIBER et al., 2005).

As ocorrências de violência de gênero (crimes contra mulheres, violência doméstica e sexual, tráfico de mulheres, assédio moral e sexual, entre outros)

antes encerradas ao âmbito privado, e quando veiculado muitas vezes restrito a arquitetura dos cadernos policiais começam cada vez mais a fazer parte do noticiário político e de forma mais cotidiana.

O contexto em que ocorre o assassinato da estudante é um período em que se intensifica a divulgação de crimes contra a mulher, decorrente de todo um processo de mobilização social de onde despontam inúmeras campanhas da sociedade civil e do poder público – especialmente após a IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing 95 - no intuito de coibir este tipo de violação e deixar visível para a sociedade brasileira o fenômeno da violência contra as mulheres e suas múltiplas faces.

As denúncias de violência contra a mulher passam a ser incorporadas por setores públicos e torna-se cada vez mais parte integrante da agenda de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas entre outros. Em meados da década de 1990 documentos como a Convenção sobre a Violência contra a Mulher (*Convenção de Belém do Pará, 1995*) passam a fazer parte de diretrizes que serão posteriormente (e lentamente) incorporadas por setores públicos no País, especialmente no que diz respeito às mudanças na legislação brasileira, cujo marco mais recente foi o advento da Lei nº 11.340/06, mais conhecida como *Lei Maria da Penha*.

As violências doméstica e sexual consideradas temas tabus passam a fazer parte das agendas pública e jornalística. Neste sentido a presença destas pautas se tornou mais constante em matérias de TV, jornal, revistas, rádio, na teledramaturgia, do jornalismo especializado, entre outros. Desencadeia-se no âmbito da sociedade brasileira um movimento de ruptura com o silêncio, marca tão presente na dinâmica das violências que envolvem as relações de gênero:

O segredo da violência é desvendado cada vez mais para o conhecimento do público. A imprensa, que anteriormente tinha uma posição de desconfiança para com a mulher, enfatizando por vezes que ela era a culpada da violência e da própria morte, progressivamente foi se modificando, tornando-se investigativa e abandonando os antigos prejulgamentos que condenavam a vítima. (BLAY, 2008, p.216)

No âmbito local os grupos de mulheres, cada vez mais institucionalizados, passam a ocupar um lugar de maior destaque na discussão sobre a violência contra a mulher, especialmente os dois principais grupos existentes na Capital paraibana, *Centro da Mulher 8 de Março e Cunchã Coletivo Feminista*.

Passados oito anos após o surgimento destas ONGs feministas na Paraíba, suas estratégias de comunicação são também por assim dizer responsáveis por

demarcar a inclusão do tema na imprensa por meio da construção de uma agenda política própria. A cobertura do *Caso Márcia* pela imprensa paraibana de certo modo reflete a efervescência desta questão na sociedade e também os desafios existentes para superação das violências praticadas contra mulheres, e o fluxo das ocorrências, um total de 323 matérias jornalísticas, somados a um período de dez anos são uma expressão disto.

### **3. A abrangência do *Caso Márcia*: o agendamento e seus números**

Inicialmente as primeiras notícias divulgadas sobre o homicídio não traziam a identificação da jovem, apenas veiculavam um recorrente enunciado: “*Mulher é encontrada morta no Altiplano*”, “*Mulher é encontrada sem vida*”, “*Corpo de Mulher é encontrado num matagal*”.

Entretanto durante a primeira semana de investigação policial com a descoberta da identidade da estudante e também do principal suspeito do crime principal suspeito e responsável pelo crime, a cobertura se intensifica nos jornais locais.

Para analisarmos o agendamento do *Caso Márcia* tomamos como *corpus* uma amostra de matérias jornalísticas veiculadas nos jornais impressos locais sobre o tema. Somando-se um total de 323 notícias sobre o acontecimento, o fluxo das notícias percorre uma longa jornada na imprensa paraibana, indo de junho de 1998, com o assassinato da estudante a fevereiro de 2008, mês em que morre o responsável pelo crime, o ex-deputado Aécio Pereira.

O foco de nossa análise portanto está centrado especialmente nos anos 1998, 1999, 2000 por consideramos ser estes os momentos mais expressivos deste agendamento. Consideramos que o *boom* de notícias se relaciona, sobretudo, aos desdobramentos políticos que este assassinato trouxe para a agenda do Poder Legislativo Paraibano em sua relação com diferentes setores da sociedade.

O fluxo do agendamento do *Caso Márcia* será mais intenso não no ano em que ocorre o crime, mas no ano seguinte com a reeleição do deputado, principal acusado do crime, garantindo assim a prerrogativa da imunidade parlamentar. Este fato desencadeia uma crise de credibilidade no Poder Legislativo local e a intensificação das agendas do campo político e público no enfrentamento desta questão.

A cobertura do assassinato de Márcia Barbosa terá três momentos de grande fluxo na imprensa, respectivamente 1998, 1999 e 2000, entretanto, o maior registro de notícias ocorre no ano seguinte ao crime, concentrando 215 das 323

matérias jornalísticas sobre este *Caso*. O interesse público sobre o fenômeno da violência contra as mulheres não diminui, e se mantêm nas 39 notícias veiculadas neste ano sobre o assassinato de Márcia Barbosa de Sousa. Não é por acaso que os grupos feministas em manifestações públicas de combate à violência sustentam também na agenda do *Caso Márcia* a estratégia de articular este fato, que está em maior evidência na imprensa, a outros assassinatos ocorridos no Estado:

O Centro da Mulher 8 de Março realizou ontem no Parque Solon de Lucena, na Capital, uma manifestação contra o assassinato da estudante Márcia Barbosa de Sousa. As feministas distribuíam com a população panfletos pedindo justiça e um basta a violência contra a mulher. Segundo os dados do Centro da Mulher 8 de Março, de janeiro a junho deste ano 34 mulheres foram assassinadas na Paraíba. No panfleto distribuído com a população a entidade convocava todas as mulheres para irem às ruas dizer não à impunidade. Além do assassinato de Márcia, o Centro lembrou alguns crimes cometidos na Paraíba que continuam impunes, a exemplo de Alexandra Militão(1985), Maria Helena Freitas(1986), Maria Cristina Batista(1990) e Lina Rosa(1991), entre outras. O documento distribuído ontem na Lagoa é assinado pelas seguintes entidades: Centro da Mulher 8 de Março, Acorda Mulher, Associação de Apoio à Mulher Patoense, Associação Santo Dias, Coletivo Violeta Formiga, Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja e Rede Feminista Latino Americana Contra a Violência Contra a Mulher. (*Centro faz manifestação*, Correio da Paraíba, 31/07/1998)

Com base nos números de notícias veiculadas sobre este acontecimento podemos afirmar que ocorre neste período uma intensificação da cobertura pela imprensa sobre esta temática, que se relaciona com a visibilidade trazida pelo impacto das ocorrências e estatísticas divulgadas pelos grupos de mulheres tendo como fonte jornais e os boletins de ocorrência (BOs), uma vez que também cresce o número de denúncias que chegam às delegacias especializadas de atendimento às mulheres e demais delegacias, especialmente as de crime contra a pessoa, onde via de regra os assassinatos de mulheres, embora decorrentes da violência de gênero, são notificados.

No primeiro momento da cobertura do *Caso Márcia*, em 1998, as notícias deixam explícito uma tensão presente no binômio imprensa-poder. A divulgação pelos jornais do envolvimento do deputado Aécio Pereira como principal acusado do crime, tendo como base as investigações policiais, interpela não

apenas o parlamentar, mas o poder Legislativo Paraibano a se pronunciar sobre a questão junto à sociedade. Neste sentido a imprensa desafia o próprio poder legislativo ao abordar o assassinato da estudante enquanto tema de interesse público:

Fui surpreendido ontem com a *manchete na imprensa* local que me aponta como responsável pela morte de uma estudante de Cajazeiras e garanto, que sou inocente, que nada tenho a ver com este fato. Se minha culpa for provada, renunciarei ao meu mandato, a declaração foi feita ontem, da tribuna da Assembléia Legislativa, pelo deputado estadual Aécio Pereira (PFL), acusado de envolvimento no assassinato da estudante Márcia Barbosa de Sousa (*Aécio se declara inocente em discurso pronunciado na Assembléia*, Jornal A União, 23/07/1998)

A notícia do envolvimento do deputado pefelista neste crime quebrou à rotina ontem da Assembléia Legislativa. É que antes do pronunciamento de Aécio, o deputado Chico Lopes(PT) disse que a bancada de seu partido irá solicitar uma licença para que o parlamentar seja processado judicialmente. (*“Eu não matei ninguém”*. Deputado acusado de assassinato de estudante diz que é inocente. *Diário da Borborema*, 23/07/1998)

Em 1999, o agendamento do *Caso Márcia* irá evoluir para além da divulgação das investigações sobre o crime, que não tarda em ser elucidado, e das denúncias envolvendo o principal acusado, transcendendo assim o espaço de circulação (comum), concentrando-se no espaço público e político, o que corresponde respectivamente aos espaços de debate e decisão, e demonstra que:

A crescente socialização da vida pública, a multiplicação das políticas familiares e depois sanitárias, enfim o profundo movimento de libertação da mulher, acompanhado pela evolução das mídias, que contribuíram para que se possa “falar de tudo”, mexeram com as fronteiras público-privado, fizeram recuar os territórios do sigilo, favoreceram a tomada da palavra. (WOLTON, 2004, p.224)

Este ano de cobertura mais intensa sobre o *Caso* representa o momento de maior visibilidade e discussão sobre este acontecimento entre diferentes atores sociais. Desse modo a *agenda-setting* produzida pelos jornais neste período reflete o embate entre os poderes instituídos, especialmente legislativo e judiciário, e a ação dos grupos de pressão, particularmente, os grupos feministas que se mostram mais consolidados enquanto referência no debate sobre a temática da violência contra mulheres:

O *Centro* passou a ser uma referência na questão de análise dos crimes pelos dados que a gente tinha. Sempre estávamos usando a imprensa para colocar nossa posição e a voz de várias mulheres. Reuniões que a gente fazia sempre colocava para a imprensa, qualquer manifestação. Então havia um diálogo bem legal com a imprensa. (Depoimento de Valquíria Alencar coordenadora do *Centro da Mulher 8 de Março*, em entrevista realizada em dezembro de 2008)

Podemos sem dúvida afirmar que em 1999 o agendamento do *Caso Márcia* passa a guiar o noticiário político deste ano, num fluxo quase diário de matérias jornalísticas nas editoriais de política dos jornais, tornando-se também a pauta da agenda pública do poder legislativo tornando cada vez mais visível a sociedade a crise de credibilidade que se instaurou neste espaço de decisão e revelando embates entre deputados, membros do judiciário e sociedade civil na dinâmica de interpretação deste fato junto à opinião pública.

Em 2000 a agenda do *Caso Márcia* será mantida, entretanto com uma redução considerável no número de notícias veiculadas, de 215, em 1999, passa para 32 no ano seguinte. No entanto, este terceiro momento de visibilidade sobre o *Caso Márcia* vai mostrar mecanismos utilizados por organizações feministas locais para sustentar o debate na imprensa, e assim manter a pressão para que o Poder Legislativo conceda finalmente a licença necessária a fim de que o parlamentar seja julgado. Apesar da pressão pública para que o deputado estadual vá a Júri, a Assembléia Legislativa não concede esta licença, o que repercute negativamente na imagem do parlamento paraibano.

Neste ano ainda, as ONGs feministas locais denunciam o *Caso* à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Este novo fato político faz com que se mantenha o interesse público da imprensa na cobertura do fato nos anos seguintes, 2001, 2002 e 2003, e mais uma vez interpela judiciário e legislativo a manterem o *Caso Márcia* em suas respectivas agendas.

Os anos que se seguem mostram um decréscimo na cobertura, e um vácuo nos anos de 2004 e 2005, onde nenhuma notícia é registrada. Embora o *Caso Márcia* não seja noticiado nestes anos, o agendamento prossegue nos anos de 2006, 2007 e 2008, contudo com um fluxo de notícias bem reduzido. As notícias deste período se relacionam com a pressão dos grupos feministas para que haja uma retomada do processo pela Justiça, após o término do mandato parlamentar de Aécio Pereira. O agendamento encerra-se com a cobertura das manifestações públicas ocorridas na ocasião do julgamento do deputado, a divulgação tímida de sua condenação pela Justiça, no ano de 2007 e por fim, a

notícia de seu falecimento, em 2008, cuja veiculação também enfatiza o *Caso Márcia*.

A circulação das informações sobre este acontecimento nos jornais também reflete características que dizem respeito à linha editorial dos jornais e a hierarquização dos fatos. O *agendamento* do *Caso Márcia* pela imprensa vai também ser norteado pela própria conjuntura política dos jornais e a aproximação e/ou distanciamento destes com partidos que estão em espaços de poder, o que na ocasião era prerrogativa do principal acusado do assassinato da estudante, que pertencia a um partido político situacionista que mantinha apoio à base do Governo em vigência.

Neste sentido embora os veículos impressos mantenham o interesse público divulgando os fatos, pois não se omitem quanto a isto, vão, particularmente, ser divergentes quanto ao número de notícias veiculadas, ao espaço cedido aos atores sociais envolvidos no acontecimento e, em alguns momentos, aos enquadramentos em relação a uma mesma notícia, conforme podemos constatar nos seguintes relatos:

Os familiares de Márcia Barbosa de Sousa, cujo corpo foi encontrado em um matagal no conjunto Altiplano Cabo Branco, no dia 18 de junho, estiveram ontem à tarde no mini-plenário da Assembleia Legislativa e responderam várias perguntas feitas pelo presidente da Comissão dos Direitos Humanos, deputado Luiz Couto e de mais algumas pessoas que estavam presentes (...) *No depoimento eles disseram que só ouviram falar do deputado Aécio Pereira, principal suspeito do crime, depois da morte de Márcia Barbosa, através da imprensa. “Ela nunca chegou a comentar em casa da amizade com o parlamentar”, disse Marinez Barbosa. (Familiares de Márcia Barbosa prestam depoimento na Assembleia, O Norte 5/08/1998)*

Os pais da estudante Márcia Barbosa, assassinada mês passado, *confirmaram ontem suspeita de que o deputado estadual Aécio Pereira (PMDB) pode estar envolvido no crime, durante depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. A mãe da estudante, Marineide Barbosa, 38, afirmou que Márcia Santos (amiga de Márcia) citou o nome do deputado como provável companhia da garota. (Pais da estudante confirmam suspeita, Correio da Paraíba, 5/08/1998)*

Os conteúdos das notícias embora se refiram a um mesmo acontecimento, o depoimento dos familiares da vítima à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, vão construir dois relatos divergentes que mostram as

contradições na representação social deste fato, especialmente no que diz respeito à opinião dos familiares de Márcia Barbosa quanto às suspeitas de participação do deputado Aécio Pereira no crime. Cobre-se um mesmo evento noticioso, no entanto constroem-se diferentes enquadramentos a partir da ideologia de cada veículo impresso.

Este episódio nos faz constatar que a midiaticização de um fato, ou seja, a construção de enquadramentos sobre determinado acontecimento, é um processo ambíguo constituído no cerne do discurso jornalístico e reflete muitas vezes as adesões políticas do jornal enquanto instituição. Quando isto acontece, a imprensa - que representa um campo social - e os jornalistas orientam-se não só por princípios e valores do jornalismo e os interesses jornalísticos, mas também por os interesses do patrão, do anunciante ou do grupo político dominante (Gomes, 2004, p.63).

A produção sistemática de notícias sobre este acontecimento nos mostra a própria mobilidade dos tópicos da agenda que são atualizados não só pelos jornais em sua rotina de produção social das notícias, mas, especialmente, no papel dos atores sociais enquanto definidores de notícias, que passam a reforçar na agenda a sua notabilidade.

#### **4. Do Caso Márcia ao Caso Aécio. Novo acontecimento, antigos estereótipos?**

Em 1998, ano de ocorrência do assassinato da estudante Márcia Barbosa, outras 36 mulheres também foram assassinadas no Estado, conforme dados coletados pelo *Centro da Mulher 8 de Março*, por meio de levantamento feito na imprensa local. No meio de diversas notícias sobre homicídios femininos, o que faz então com que uma ocorrência noticiosa torne-se emblemática na representação social de um fenômeno como a violência contra a mulher?

Evidentemente que, como assinalamos noutra momento deste trabalho, a figura de um parlamentar como acusado confere um grau de noticiabilidade maior a este fato. Entretanto ao analisarmos o *agendamento* deste homicídio percebemos que a *agenda-setting* do *Caso Márcia* é construída não apenas pelo sentido de valores-notícias (singularidade, veracidade, objetividade, imparcialidade, equilíbrio, atualidade, etc) que orientam as práticas de produção de notícias, mas pelo modo como grupos – de modo mais específico parlamentares e grupos feministas - vão incorporar critérios de noticiabilidade para gerar acontecimentos noticiáveis e produzir significação às notícias veiculadas pela imprensa local, o que provoca uma diferenciação no fluxo do *agendamento*. Dessa maneira nos damos conta que:

Os *media* não relatam simplesmente e de uma forma transparente os acontecimentos que são só por si “naturalmente” “noticiáveis”. As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. (HALL et all, 1999, p.224)

A estudante Márcia Barbosa, conforme laudo pericial foi assassinada por asfixia, e por sufocação e sofreu espancamento antes de ser morta. Embora as notícias sobre o crime tenham por si só um apelo dramático, as 39 matérias jornalísticas que compõe o primeiro momento deste agendamento - o ano de 1998 - não vão tratar apenas sobre o crime em si. As matérias jornalísticas vão deixar claro o conflito entre diferentes institucionalidades na tentativa de veicular e afirmar publicamente suas representações sobre o acontecimento.

É igualmente importante mostrarmos neste contexto a presença de uma forma de discurso que, não por acaso, tende a reproduzir socialmente uma visão estereotipada das mulheres vítimas de violência, sendo portanto recorrente a presença de um enquadramento com base num julgamento moral da vítima:

É de se destacar, ainda, que a vítima já havia tido problemas com drogas em sua cidade de origem, conforme divulgação feita pelos próprios jornalistas neste mesmo órgão de imprensa. (*A nota do deputado*, Jornal Correio da Paraíba, 27/07/1998)

A estudante Márcia Barbosa, de 20 anos, conhecia pouco João Pessoa e em 14 de junho passado, um dia antes da convenção do PMDB, foi convidada por amigas para viajar para Capital, pois seria a chance de *conhecer políticos influentes*. Márcia Barbosa era solteira e cursava o 1.º científico no Colégio Comercial de Cajazeiras. Meses após o início do ano letivo, os professores entraram em greve e as aulas foram interrompidas. Márcia revelou à mãe o desejo de conseguir emprego em João Pessoa. (*Estudante não conhecia a Capital*, Jornal O Norte, 23/07/1998)

A estudante Márcia Barbosa de Souza era viciada e conheceu o deputado Aécio Pereira no cheiro do pó. No dia em que o corpo foi encontrado, Márcia Gambarra e uma mulher que se apresentou como perita do DML e responsável pela necropsia revelaram que Márcia, a vítima foi morta por asfixia e espancamento. (*Wilson incrimina Aécio*, Correio da Paraíba, 29/07/1998)

A presença deste estereótipo revela resquícios de uma representação machista que tende vez por outra a reaparecer estampada nas notícias dos jornais. Conforme Lippmann (2008, p.97) o estereótipo cria um padrão que não é neutro. E neste aspecto, consideramos que o julgamento moral passa a ser, em alguns casos, uma definição primária que produz no imaginário social um enquadramento que reverte os enunciados dos crimes contra mulheres, fazendo com que elas passem a ser muitas vezes representadas como indiretamente ou diretamente responsáveis pela violência sofrida.

A representação da estudante Márcia Barbosa enquanto usuária de drogas é um dos primeiros enquadramentos que surgem e neste sentido os atributos construídos inicialmente em torno da imagem da estudante vão remeter também a uma estrutura narrativa fatalista advinda de um sistema de estereótipos: a da moça pobre, vinda do interior, que deseja “conhecer políticos influentes”, se envolve com um homem rico e poderoso e que tem um fim trágico:

(...) No demorado contato telefônico que manteve com sua amiga de Cajazeiras, Márcia Barbosa estava feliz em companhia de um homem de prenome Roberto e que se deixava chamar de “deputado”, mas não revelou em que local estava. (...) Para sua mãe, Marineide Barbosa, ela telefonou às 19h00, informando que estava bem e que começaria a trabalhar na próxima segunda-feira numa fábrica de calçados. Em João Pessoa, segundo relatos de amigas, Márcia Barbosa estava hospedada na Pousada Aimoré de onde teria saído na quarta-feira, depois das 19h00 para se encontrar com o “Roberto”. De Cajazeiras Márcia saiu no último sábado à noite, pegando carona num ônibus que conduzia dezenas de pessoas para a convenção do PMDB. Ela avisou aos pais que ia ficar em João Pessoa, onde há vários meses procurava emprego. (*Garota achada morta é de Cajazeiras: jovem estava na Capital a procura de emprego e acabou assassinada*, Jornal Correio da Paraíba 20/06/1998)

A mãe de Márcia Barbosa, a funcionária pública do município, Marineide Barbosa, 38 anos, foi taxativa no seu desabafo: “só acredita na justiça de Deus, pois nunca ví gente grande ser presa por matar gente pobre”. Nervosa, Marineide Barbosa prefere não falar no possível envolvimento do deputado Aécio Pereira no assassinato de sua filha. (...) “Se a polícia tem a coragem de dizer que um deputado, *uma pessoa rica*, envolvida num crime é porque essa pessoa tem culpa no cartório” conclui. (...) O pai da vítima também não esconde sua descrença em relação à punição do

culpado, caso seja confirmado o envolvimento do deputado Aécio Pereira no assassinato da estudante Márcia Barbosa. “É gente rica contra gente pobre e termina não dando em nada”, desabafa. Mesmo descrente, o taxista guarda um fio de esperança de que a Justiça vai agir para punir o culpado ou culpados pela morte de sua filha. (*Pais de Márcia não crêem em justiça. Mãe declara nunca ter visto “gente grande ser presa por matar pobre”*, Correio da Paraíba 23/07/1998).

O próprio acusado do crime vai tentar construir sua defesa em torno desta representação estereotipada da vítima quando em depoimento vai levantar suspeita do envolvimento da estudante com drogas e reforçar em discurso público na Assembléia Legislativa do Estado uma condição de inferioridade da vítima:

O deputado revelou que conhecia a estudante quando ela o procurou em sua casa para pedir ajuda financeira e emprego, “como muitas pessoas já fizeram e fazem. Alguns ajudei e outros não pude. Na ocasião, ela me pediu R\$ 150,00 para pagar a pensão onde estava alojada e, como eu não tinha dinheiro no momento me comprometi em ajudá-la depois. A estudante usou meu celular para ligar para casa, e não estava num motel, mas sim na minha residência. Agora, para onde ela foi depois eu não tenho nenhuma responsabilidade e não vou aceitar que arrastem o meu nome numa clara tentativa de cumplicidade, enfatizou. (*Aécio se declara inocente em discurso pronunciado na AL, A União, 23/07/98*)

Entretanto este enquadramento não será mantido nos noticiários com a evolução do *agendamento*. A experiência vai contradizer o estereótipo, isto porque dois fatos vão ser decisivos para desconstrução desta representação social. Em primeiro lugar a própria divulgação das provas técnicas que afirmam a relação direta do parlamentar com o crime:

O delegado também chegou a conclusão de que no dia 17 de junho do ano de 1998 precisamente às 21h, 11 minutos e 22 segundos, foi gerada uma ligação telefônica do telefone celular que estava sendo usado pelo deputado estadual Aécio Pereira, com destino a cidade de Cajazeiras, mais precisamente para o telefone de uma residência que fica próxima a casa de familiares da vítima. Esta ligação, de acordo com a prova técnica coligida teve duração de 17 minutos e 7 segundos e conforme depoimentos existentes nos Autos, através da mesma, a vítima conversou com

várias pessoas na cidade de Cajazeiras, parentes dela, vítima, e não familiares, tendo todos confirmados que o teor da conversa era de que a vítima se encontrava no Motel Trevo em companhia do deputado Aécio Pereira, tendo, inclusive, uma das testemunhas chegado a conversar com o próprio deputado (...) Consta no inquérito policial: 01 – Autos de Exame Cadavérico, dando conta da causa da morte como sendo “asfixia por sufocação” “com sinais extremos de violência na face, nas regiões: frontal, nasal e labial”, ilustrado com fotografias. (*Polícia ouviu 25 testemunhas*, O Norte, 28/08/1998)

Em segundo lugar, a pressão exercida pelos grupos feministas locais enquanto promotores de notícias e a veiculação de informações sobre a estudante entre jornalistas e nos jornais contribuiu para que esta representação estereotipada não prevalecesse:

No Caso Márcia alguns veículos, ou algumas pessoas inicialmente ainda trouxeram alguma imagem daquela menina que fazia programa ou que usava droga, então um de nossos desafios foi demonstrar que Márcia não era usuária de droga, e isso a gente soube por várias pesquisas, porque os advogados, o próprio deputado e familiares depreciaram a vítima. Ela não era usuária de droga. Ao dizer usuária de droga, a vítima já estava exposta ao julgamento: “procurou porque quis”. Então sempre colocávamos isto para a imprensa. Colocávamos os sonhos dela de uma moça pobre, do interior que queria crescer na vida, que queria uma ascensão, como todos nós queremos, porque eu também sou do interior, então acho que isso afastou um pouco essa imagem da Márcia Barbosa. Muito embora os advogados até o último julgamento, em que Aécio foi condenado e que foi em 2007, a versão e justificativa, não se afastou dessa idéia, usou isto o tempo todo, que Márcia era usuária de droga, mas isto era o advogado dele. (Depoimento de Valquíria Alencar, coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março, durante entrevista realizada em dezembro de 2008)

A veiculação de outros enunciados em relação à identidade da estudante desestabiliza a representação estereotipada da vítima enquanto usuária de droga, apesar de percebermos, de acordo com o depoimento acima, que a imagem da estudante esteve de certo modo ancorada na representação “da moça pobre vinda do interior”. Entretanto este enunciado quando advindo de segmentos

feministas vai adquirir uma conotação menos pejorativa. Vale ressaltar ainda que o espaço nos jornais destinado a falar sobre estudante Márcia Barbosa, enquanto personagem de um crime de grande repercussão é restrito.

O *agendamento* do *Caso Márcia* passa, após a constatação policial do envolvimento do deputado Aécio Pereira, a centrar-se na figura deste parlamentar. A estudante Márcia Barbosa e o parlamentar Aécio Pereira não ocupam igualmente o espaço midiático.

Para nós este deslocamento no *agendamento* se relaciona com um sistema de significação que é ambíguo em relação às representações de gênero. O que faz com que na construção social destes personagens na imprensa estes marcadores da diferença estejam bem presentes. A imprensa local, enquanto sistema de representação, na construção social dos personagens deste acontecimento vai refletir, em alguns momentos, as hierarquias sociais e assimetrias entre Márcia Barbosa e Aécio Pereira.

Não vai ser por acaso que o argumento usado pelo parlamentar, em diferentes momentos, para defender-se da acusação do crime será pautado na afirmação de sua imagem, construída através de atributos valorizados socialmente na fixação de um modelo tradicional de homem público e masculinidade:

“Fui surpreendido ontem com a manchete na imprensa local que me aponta como responsável pela morte de uma estudante de Cajazeiras e garanto, que sou inocente, que nada tenho a ver com este fato. Se minha culpa for provada, renunciarei ao meu mandato”, a declaração foi feita ontem, da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado pelo deputado Aécio Pereira(PFL). (...) O deputado relatou que sua *conduta de homem sério* já era conhecida na Paraíba ao longo dos 20 anos de mandato na Assembleia Legislativa do Estado.(...) “*Eu sou o primeiro a querer a apuração dos fatos em respeito a mim, a minha família, a esta casa e ao grande número de amigos que tenho na Paraíba. Nós não podemos ficar a mercê de A ou B, dos inimigos que querem manchar nossa imagem*”, afirmou. (*Aécio se declara inocente em discurso pronunciado na AL, A União, 23/07/1998*)

Esta versão vai ser reproduzida pelos jornais locais, mas não sem confronto com outros atores sociais que interagem na construção do *agendamento* do *Caso Márcia*. É interessante neste sentido destacar que na ocasião da divulgação, no ano de 2008, da morte de Aécio Pereira - passados dez anos após o crime, e neste período tendo sido julgado e condenado pela Justiça pelo assassinato de Márcia Barbosa -, estes mesmos atributos vão estar presentes nas notícias:

“Aécio foi um dos melhores tribunos eu já vi. Tinha *atitudes e posições fortes*. Ele *soube fazer diferença* na Assembléia. É uma perda para a Paraíba”, lamentou Lindolfo Pires. (...) “Ele deu uma contribuição muito importante para a Paraíba. Suas *ações eram contundentes*. Foi um *homem honesto e leal* com seus amigos, sempre respeitando as diferenças. Só tenho a lamentar sua morte e que Deus conforte sua família”, disse Aguinaldo Ribeiro. (...) (*Aécio Pereira morre vítima de infarto em João Pessoa*, Jornal da Paraíba, 13/02/2008)

O corpo do ex-deputado estadual Aécio Pereira de Lima, 64 anos, foi enterrado, ontem pela manhã, no Cemitério Senhor da Boa Sentença, em João Pessoa. O velório aconteceu no Salão Nobre da Assembléia Legislativa. (...) Aécio morreu na madrugada de anteontem, vítima de um infarto. Ele estava em casa, quando sentiu-se mal. (...) “Quando o médico chegou, já não tinha o que fazer”, disse a filha Ana Flávia. (...) **Condenação injusta** – Ela disse que Aécio Pereira vinha sofrendo muito por causa de uma *condenação injusta*, em consequência da morte de uma moça. “Ele vinha sofrendo muito com as mentiras e levianidades ocorridas no julgamento. *Ele foi muito maltratado. Acho que esta foi a causa principal do infarto*, aliado ao fato de ele não ter cuidado do coração”, disse Walquíria(*ex-mulher*), emocionada. (*Corpo de Aécio é enterrado na Capital*, Jornal Correio da Paraíba, 14/02/2008)

Vindo de família tradicional na política paraibana e tendo exercido vários mandatos consecutivos o parlamentar Aécio Pereira busca valer-se desta experiência e do exercício no Poder local para impor seu próprio *enquadramento* para o crime e construir uma opinião pública que lhe seja favorável. Entra em cena um antigo recurso, o argumento da trama política:

“Eu estou aqui não só para declarar minha inocência, não só para protestar e para dizer que nada tenho a ver com este fato e sim, para prestar esclarecimentos necessários para que à Justiça, os amigos, aqueles que querem tomar conhecimento dos fatos, a luz das minhas explicações, tomem as suas conclusões”, afirmou o deputado Aécio Pereira. (...) O deputado, mesmo não sabendo atribuir a quem, destacou que está sendo *vítima de uma perseguição política*, lembrando que “estamos em pleno período eleitoral”. (*Aécio nega participação em crime. Deputado diz que*

*é vítima de perseguição política e pede para a Assembléia acompanhar as investigações, O Norte, 23/07/1998)*

O deputado Aécio Pereira fez pronunciamento na sessão de ontem na Assembléia Legislativa, onde pela segunda vez tentou explicar e negar seu envolvimento na morte da estudante Márcia Barbosa. *Disse estar sendo vítima de uma campanha que objetiva arrastá-lo para “esse mar de lama que envergonha a Paraíba” (...)* Quanto ao bilhete encontrado no bolso da vítima com o número de seu aparelho celular, o parlamentar especulou que isso pode ter sido *tramado* pelos “verdadeiros” responsáveis pelo crime, como uma forma de “caracterizar” seu envolvimento. O deputado não negou que conhecesse a vítima, repetindo a versão de que a mesma dirigiu-se a sua residência para pedir-lhe ajuda financeira, quando solicitou autorização para fazer uma ligação, que foi realizada através de seu celular. *(Aécio chama delegado de bandido, Jornal Correio da Paraíba, 30/07/1998)*

Ao construir sua representação deste evento noticiável e atribuir ao mesmo o status de trama política, o parlamentar busca não apenas definir o acontecimento por meio da mediação da imprensa, como também colocá-lo num quadro de significação que seja familiar ao público. E o faz gozando de um espaço privilegiado de interlocução com a opinião pública através do uso constante da Tribuna da Assembléia Legislativa.

Uma vez que a imprensa tende a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem social, a Assembléia Legislativa como instituição é considerada pela imprensa como uma fonte de credibilidade e isto faz com que o deputado Aécio Pereira fale em nome deste poder instituído fazendo uso do que Becker (1972) definiu como hierarquia da credibilidade:

A probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceites, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população. O resultado desta preferência estruturada dada aos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de *definidores primários* (*primary definers*) de tópicos. (HALL et al, 1999, p.229)

Não é por acaso que, neste lugar de definidor primário junto à imprensa, no momento de maior intensificação do *agendamento* do *Caso Márcia*, em

1999, no conflito por definir seus tópicos, o próprio Poder Legislativo seja confrontado com uma crise de legitimidade. Isto nos mostra que, embora exista uma tendência dos jornais por reproduzir os pontos de vista dos definidores primários de informação, será no conflito entre as instituições que o *agendamento* do *Caso Márcia* será produzido socialmente, inclusive no embate com a própria imprensa:

*A notícia de envolvimento do deputado pefelista neste crime quebrou a rotina ontem na Assembléia Legislativa. É que antes do pronunciamento de Aécio, o deputado Chico Lopes (PT) disse que irá solicitar uma licença para que o parlamentar seja processado judicialmente. ( Deputado acusado do assassinato de estudante diz que é inocente, Diário da Borborema, 23/07/1998)*

O deputado estadual Aécio Pereira enviou ontem carta à Redação afirmando que as acusações contra ele sobre a morte da estudante Márcia Barbosa de Souza, ocorrida em 18 do mês passado, são “um grande equívoco” e fazem parte de uma “armação” para envolver seu nome. Ele diz ter como comprovar que os fatos lhe foram “injustamente imputados”, mas na nota não cita que provas seriam essas. (...) Aécio Pereira diz que a *imprensa divulgou inconseqüentemente informações que não traduzem a verdade, prejudicando sua imagem*. Declara que se trata de uma trama contra a sua pessoa e afirma que não existem elementos materiais que indiquem ligação entre ele e a morte da estudante Márcia Barbosa. (*Aécio vê “armação” e afirma que acusações são “grande equívoco, Correio da Paraíba, 27/07/1998)*

Ao observarmos nas notícias acima o embate contundente do deputado Aécio Pereira com o Jornal Correio da Paraíba motivado pela divulgação que o órgão faz do inquérito policial do *Caso Márcia* constatamos que os jornais passam a integrar o próprio acontecimento.

Esta tensão presente na produção social das notícias é portanto um aspecto relevante nas práticas de *agendamento*, pois está sempre presente na construção social da realidade como parte constituinte da rotina dos jornalistas no ordenamento, contextualização e divulgação dos fatos. As instituições e atores sociais não falam apenas através dos jornais, mas também se posicionam frente à instituição jornalística.

Desse modo os jornais circunscrevem o *Caso Márcia* num mapa de significação cultural, do qual a própria imprensa participa, mas que no exercício da mediação social se vêem atravessados por outras discursividades, e é por meio

destas que evidenciam os conflitos sociais entre as instituições para trazer sentido a este acontecimento. É interessante notar ainda que ao propor enquadramentos e atributos as instituições o fazem a partir de seu lugar de interpretação. Então, o deputado e a Assembléia Legislativa vão centrar-se na defesa de sua imagem e seu papel frente à sociedade, os órgãos de Segurança Pública e de Justiça vão preocupar-se com assegurar a veracidade de sua conduta frente ao inquérito e à condução de um processo judicial, os grupos feministas vão buscar problematizar as denúncias sobre a impunidade nos casos de violência contra a mulher e confrontar a opinião pública e as autoridades sobre isto.

Já os jornais participam da significação deste acontecimento enquanto instituições que estão também em confronto pela representação dos fatos, e também como lugar de mediação em que os demais atores buscam afirmar a legitimidade de suas representações no espaço público, além de serem espaços nos quais as notícias são organizadas burocraticamente.

Esta experiência de tornar um acontecimento inteligível é, conforme Hall (at all, p.226), “um processo social – construído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (freqüentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona”.

Esta dinâmica está no cerne na produção do discurso jornalístico, mas também o transcende porque “comporta a dimensão discursiva de outras instituições” (Rodrigues, 2002, p.222). E é nesta função de mediação social que o acontecimento enquanto notícia vai ser interpretado. Na inter-relação e conflito entre diferentes agentes sociais, inclusive entre agentes públicos.

Nesta disputa pela representação dos fatos noticiáveis os agentes públicos influenciam os rumos dos acontecimentos, e é neste sentido que a entrega do inquérito policial ao Poder Judiciário, a reeleição do parlamentar e a decisão do Procurador de Justiça do Estado em não denunciar o acusado pelo homicídio da estudante vão ampliar este conflito nas páginas dos jornais, intensificando assim *agendamento* do *Caso Márcia*.

Estes novos fatos mantêm a atualidade do *Caso Márcia* na imprensa e pautam o debate sobre a questão da impunidade, especialmente nos casos de crimes contra a mulher. Esta questão será mais uma vez retomada pela esfera pública midiática e reavivada no imaginário social.

Acontece então o acirramento desta questão que passa a nortear o momento de maior fluxo deste *agendamento*, tornando-se o principal enquadramento no qual se debruçam diferentes atores. Será portanto na inter-relação e confronto entre a agenda pública de instituições como judiciário e Assembléia

Legislativa e do campo político, mais fortemente representado por movimento de mulheres, que as representações são melhor definidas.

Apesar de ser um enquadramento familiar, em se tratando de crimes contra a mulher, a questão da impunidade vai perpassar o debate entre os agentes noticiosos envolvidos no *Caso Márcia*, mas não ancorada nos mesmos significados.

Embora haja consenso em torno da dramaticidade que encerra o homicídio da estudante entre as instituições que interagem na produção social deste *agendamento*, estas repercutem e significam diferentemente os fatos em torno deste *Caso* a partir de suas respectivas agendas. Isto quer dizer que a impunidade enquanto um tópico relevante no contexto dos casos de violência contra a mulher se move a partir dos diferentes interesses.

No *Caso Márcia* especificamente, o debate sobre impunidade se movimenta na disputa e questionamento sobre os sentidos e a legitimidade da imunidade parlamentar. Este aspecto resulta num maior desdobramento desta questão enquanto tema de interesse público, uma vez que tanto suscita o enfrentamento da problemática dos crimes contra a mulher, como interpela e articula distintas agendas - judiciário, imprensa, movimentos de mulheres -, especialmente a agenda pública do Legislativo a colocar-se frente a um homicídio no qual um de seus representantes é apontado como principal responsável.

As notícias do *Caso Márcia* nos mostram dessa maneira o forte apelo social pelo fim da imunidade parlamentar para crimes comuns na sociedade paraibana como desdobramento deste acontecimento e as ambigüidades que permeiam este debate. Tendo em vista os diferentes interesses e o fato de que em nenhum dos momentos, quando interpelada pela Justiça, a Assembléia Legislativa e parlamentares abriram mão desta prerrogativa para que o deputado Aécio Pereira respondesse ao processo no Tribunal de Justiça da Paraíba.

Entretanto a intensificação deste debate na esfera pública midiática exerce um papel importante na construção das representações sociais para esta questão, na medida em que os grupos de mulheres locais funcionam durante todo o *Agendamento* do *Caso Márcia* como lobistas e também como uma comunidade interpretativa, aqui compreendida “por um grupo de sujeitos sociais unidos por um conjunto particular de práticas comunicativas” (Signates, 2006, p.69), que atua no sentido desnaturalizar político e simbolicamente a violência praticada contra mulheres.

Desse modo o enquadramento sobre a questão da relação imunidade versus impunidade no *Caso Márcia* é pautado e construído simbolicamente pelas instituições feministas articulando este fato à grave situação de impunidade que

perpassa os crimes contra mulheres enquanto fenômeno social a ser enfrentado também com a mediação dos jornais:

Uma das defensoras do Direito da Mulher, Glória Rabay, também mostrou sua revolta contra a violência que ultimamente tem crescido contra a mulher. “Enquanto a impunidade durar na nossa sociedade, a mulher sempre vai ser violentada nos seus direitos constitucionais” (*Ato público marca comemorações, A União, 09/03/1999*)

No último dia 25, o Centro da Mulher 8 de Março divulgou os seus dados. De janeiro a novembro foram 37 assassinadas, 52 estupradas e 57 agredidas. O número PE defasado, mas o que incomoda é a constatação de que apenas um agressor está preso. (*Impunidade, Correio da Paraíba, 09/12/1999*)

(...) De acordo com a coordenadora licenciada do Centro da Mulher 8 de Março, professora Valquíria Alencar, as atividades têm como objetivo protestar contra a impunidade reinante no Estado. “Não podemos admitir que coisas dessa natureza continuem acontecendo em nosso estado e os culpados permaneçam impunes. Se o deputado estadual Aécio Pereira é apontado como culpado, que vá a julgamento”, protestou Valquíria. (*Márcia Barbosa, Correio da Paraíba, 14/06/2001*)

Consideramos que a presença do movimento de mulheres enquanto comunidade interpretativa no processo de produção social das notícias se relaciona ainda com o que Castells (1999, p.28) afirma ser a formação de uma identidade de projeto como primazia da política de identidade em busca de transformações sociais na Era da Informação.

Assim, a construção do *Agendamento* e significação do *Caso Márcia* não será pautado por valores como neutralidade e objetividade, mas pela intencionalidade desta comunidade interpretativa em promover uma construção e desconstrução das representações de gênero no conteúdo das notícias. Esta postura influencia a cobertura dos jornais frente a esta temática, e possibilita, ainda que lentamente, a inclusão de novas perspectivas para o tratamento do fenômeno da violência e homicídio contra mulheres pelos jornais.

A produção social deste acontecimento enquanto núcleo de significação (Spink e Spink, 2006, p.15), no qual perpassam as agendas de diferentes instituições, contribui também para que haja um alargamento de fontes de informação para os jornais e jornalistas, o que repercute consideravelmente na superação de práticas de agendamento centradas predominantemente no que veiculam os definidores primários de informação, que são as organizações que

gozam de maior legitimidade social - em geral instituições públicas e as fontes tidas como “oficiais”.

A prática do *Agendamento* do *Caso Márcia* enquanto processo simbólico e político desencadeia portanto a ampliação do debate sobre a violência contra mulher no Estado, como interpela as instituições sociais a reagirem ao enfrentamento deste problema social.

Além disso, por funcionar como mecanismo importante de representação social, o Agendamento da violência de gênero comporta um currículo cultural que produz valores e saberes, modos de ser, produzindo um conhecimento relevante sobre a produção das narrativas de crimes de gênero, o que é relevante na medida em que permite uma experiência de desconstrução de instâncias culturais que buscam às vezes legitimar o feminicídio como prática social.

## 5. Bibliografia

- BARROS FILHO, Clóvis e MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BECKER, H. “Whose side are we on?” In: DOUGLAS, J.D. *The Relevance of Sociology*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: econômica, sociedade e cultura. Vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FUNCK, Suzana Bornéo. WIDHOLZER, Nara(Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- HALL, Stuart et all. “A produção social das notícias: o *mugging* nos mídia”. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ªed. Lisboa: Vega, 1999
- HOHLFELDT, Antonio. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação”. In: MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga & HOHLFELDT, Antonio. (Orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático” IN: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.) *O Jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- McCOMBS, Maxuel. “Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua formação.” INTERCOM. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.31. n.2. jul/dez.2008.
- OLIVEIRA, Suely de & CASTILLO-MARTÍN, Márcia. *Marcadas a ferro*. Violência contra a mulher. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, 2005.
- OLIVEIRA, Guacira César de. MELO, Jacira. LIBARDONI, Marlene. *Mulher e Mídia*. Pauta desigual? São Paulo: Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1997.
- SCHARAIBER, Lilia Blima et al. *Violência dói e não é direito*. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SIGNATES, Luiz. “Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação”. IN: SOUSA, Mauro Wilton de. (Org.) *Recepção mediática e espaço público*. São Paulo: Paulinas e Sepac, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SPINK, Mary Jane e SPINK, Peter. *Práticas cotidianas e naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*. Uma teoria social da mídia. 8ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora da UNB, 2004.